



DIREITO CONSTITUCIONAL



Estratégia
OAB

II – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

Olá, alunos do **Estratégia OAB!**

Sejam bem-vindos ao nosso *2º Simulado Online* para a **2ª fase do 39º Exame de Ordem**. Esta rodada de temas **não terá uma correção individualizada**, conforme nosso cronograma de aulas.

Teremos uma correção online que acontecerá no sábado (dia 23.12.23), ao vivo às 14h, direto do canal do youtube do Estratégia OAB. Caso você não possa assistir, fique tranquilo. Nos dias seguintes à transmissão do evento, nossa equipe irá realizar a edição e o vídeo ficará vinculado à aula correspondente.

Orientações importantes:

1. *O simulado acontecerá nos moldes do edital do 39º Exame de Ordem. A peça processual equivalerá a 5,0 (cinco) pontos. O aluno deverá desenvolver um texto em forma de peça processual jurídica com, no máximo, 150 linhas. Para as respostas das questões discursivas, a extensão máxima do texto será de 30 (trinta) linhas para cada.*
2. *Procure realizar o simulado nas condições reais do dia da prova. (tempo, ambiente, material de consulta...lanche...enfim...rs)*

Um ótimo simulado a todos. ;)



**FALE COM
A GENTE!**



diegocerqueira@estrategiaconcursos.com.br



<https://www.facebook.com/profdiegocerqueira/>



@profdiegocerqueira

DIREITO CONSTITUCIONAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Foi noticiado em diversos jornais do Município Alfa, o fechamento de todas as agências do Banco Brasileiro S/A, sociedade de economia mista federal instaurada no referido Município dentro de 6 meses.

Tal notícia vem causando grande repercussão, pois inúmeros consumidores estão sendo lesados, já que a agência mais próxima será a do Município Beta, a 70 quilômetros de distância, ocasionando gastos e, conseqüentemente, alteração contratual não prevista inicialmente.

Em nota, o Banco Brasileiro S/A afirmou que não haveria prejuízo, pois os canais digitais permanecem em funcionamento normalmente. Ainda, afirmou agir com base na livre iniciativa, sendo descabida a ingerência do Estado.

Preocupada com o impacto da decisão da empresa sobre a população, a Associação STC “Somos Todos Consumidores” decidiu buscar uma orientação jurídica para tomar as providências necessárias. Cumpre destacar que a referida associação está em pleno funcionamento e foi constituída há 01 (um ano) e 06 (seis) meses para a defesa dos consumidores.

Isto posto, você na qualidade de advogado é contratado pela referida Associação para ingressar com a medida judicial cabível, visando inclusive evitar maiores danos aos consumidores (Valor 5,00).

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

O Governador do Estado Y encaminhou à Assembleia Legislativa um novo projeto de lei ordinária. Além da criação de órgão vinculado à Secretaria de Educação e de cargos públicos para a execução de atividades junto a esse órgão, o projeto também estabeleceu a remuneração dos cargos criados. O referido projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa, mas sofreu duas emendas parlamentares. Na primeira, houve o aumento do número de cargos públicos previstos inicialmente. Isso trouxe um aumento da despesa. Na segunda, o regime jurídico dos servidores públicos em geral junto ao Poder Executivo foi modificado. O destaque é que tal regime é disciplinado por lei específica e esta não foi objeto do projeto de lei encaminhado. Com base no caso hipotético, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) É correto afirmar que a primeira emenda parlamentar é constitucional, uma vez que tem por objeto matéria prevista inicialmente no projeto de lei?
- b) A segunda emenda parlamentar é inconstitucional visto que tratou sobre tema estranho ao projeto inicial?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Gabriel foi eleito Deputado do Estado X e, neste mesmo Estado, ele é titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual. Quando estava para começar as suas atividades parlamentares, recebeu a seguinte informação do Departamento de Pessoal de sua repartição originária: deveria ser exonerado do cargo originário assim que iniciasse o exercício do mandato eletivo.

Fernanda foi eleita Vereadora e é titular de cargo de provimento efetivo do serviço público estadual. Assim como Gabriel, ela recebeu a informação sobre a exoneração do cargo originário.

Conforme a CRFB/88, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) A orientação recebida por Gabriel está correta?
- b) É correto afirmar que Fernanda deverá ser exonerada?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

A Assembleia Legislativa do Estado Y notou a ocorrência de um “demandismo exagerado”. Por conta disso, houve a aprovação do projeto de lei com o seguinte conteúdo: a parte vencida somente poderia interpor recurso contra decisão proferida no âmbito de Juizado Especial Cível se efetuasse o depósito prévio de 100% (cem por cento) do valor da condenação. O Governador não vetou o projeto. Assim, este foi convertido em lei. O Partido Político “União”, com apenas um representante no Congresso Nacional, pretende ingressar com a medida judicial objetiva cabível para que a referida lei seja julgada inconstitucional.

Diante da situação apresentada, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Há alguma inconstitucionalidade na referida lei? Justifique.
- b) Qual seria a medida judicial adequada a ser utilizada pelo Partido Político “União”?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Um servidor da Assembleia Legislativa do Estado W impetrou mandado de segurança contra ato intitulado de ilegal e abusivo praticado pelo Presidente da Assembleia. A competência para o julgamento é da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que deixou de aplicar a lei federal que daria respaldo ao ato praticado. De forma expressa a Câmara entendeu que a aplicação da lei em questão ensejaria a prolação de uma decisão injusta e por isso declarou a nulidade do ato.

Nesse sentido, responda de forma fundamentada os itens a seguir.

- a) Houve violação a cláusula de reserva de plenário?
- b) Preenchidos os requisitos exigidos, qual é a medida constitucional passível de ser ajuizada pelo interessado para impugnar a decisão proferida perante o Supremo Tribunal Federal?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Bom simulado!

Abs,

Prof. Diego Cerqueira